

## O LEDOR DIANTE DOS ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA

Antônio Ferreira de Melo Júnior

(Ledor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, *campus* de Natal, vinculado à Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas-DAIN. É também mestre em História e Espaços pelo Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-PPGH-UFRN. E-mail: [antoniofdemelojr@yahoo.com.br](mailto:antoniofdemelojr@yahoo.com.br))

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo discutir os Estudos Sobre a Deficiência (Disability Studies), doravante ESD, para problematizar o ofício profissional do ledor no sentido de concretizar políticas e práticas inclusivas nas universidades brasileiras. Baseando-se na desconstrução de Jacques Derrida como referencial teórico-metodológico, o texto discute os traços fundamentais dos ESD, enfatizando a tensão provocada pelos textos de Tom Shakespeare, os seus principais intelectuais e ideias e tenta aplicá-las ao ofício de ledor, desempenhado junto à Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas e Ações Inclusivas, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, *campus* de Natal (DAIN/UERN/CAN). Desse estudo de caso, aparecem como resultados a necessidade de o ledor ser também um pesquisador atento às questões sociais, ser um proponente de ideias de intervenção pedagógica e um elo para a institucionalização dos contatos. Nas considerações finais, são apontadas a redefinição das atribuições profissionais do ledor, a busca pela regulamentação da profissão e a reafirmação do influxo das Humanidades para a compreensão das pessoas com deficiência em sociedade.

**Palavras-chave:** Estudos Sobre a Deficiência. Ledor. Educação Inclusiva.

### INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é discutir os Estudos Sobre a Deficiência (*Disability Studies*), doravante ESD, para problematizar o ofício profissional do ledor no sentido de concretizar políticas e práticas inclusivas nas universidades brasileiras. Para tanto, partimos das nossas leituras pessoais e da nossa propedêutica atuação na Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, *Campus* de Natal (DAIN/UERN/CAN).

Enquanto profissão não regulamentada, a de ledor é respaldada pela Lei de Contratação Temporária de Interesse Público (BRASIL. Lei 8.745/1993, artigo 2º, XII) que impele as universidades à contratação de profissionais de acordo com as demandas e necessidades específicas. Nesse sentido, é sobremaneira justificável uma problematização desse ofício à luz dos ESD, que se constituem enquanto uma consolidada área do conhecimento no campo das Humanidades, cujos textos em sua diversidade de perspectivas são publicados pelas principais editoras europeias, a partir do vínculo com os movimentos sociais. É preciso dizer também que eles têm alcançado comprovada mudança nas percepções e

(83) 3322.3222

[contato@cintedi.com.br](mailto:contato@cintedi.com.br)

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

nas práticas pedagógicas dos professores (COSIER; MCKEE; GOMEZ, 2016) e que influenciaram decisivamente a transformação da legislação acerca da pessoa com deficiência, a exemplo da Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde, produzida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2001 (DINIZ, 2007, p. 17; 37; 41-57).

## **METODOLOGIA**

O nosso trabalho se insere na fronteira entre a História da Deficiência (LONGMORE & UMANSKY, 2001; STIKER, 2000) e os Estudos Sobre a Deficiência na Educação (NUERNBERG, 2015, p. 555-558). Situar-se nas fronteiras, como mostrou a renomada pesquisadora, significa “buscar intervenções e mudanças e ressignificação dia a dia das práticas educativas” (AGUIAR, 2017, p. 13).

Remetendo a deficiência à História e à Pedagogia, entendemos que os juízos pelos quais as pessoas com deficiência são percebidas na sociedade integram os juízos estéticos analisados por Kant, ou seja, se referem ao sujeito e ao seu sentimento de prazer ou desprazer, não ao objeto em si (KANT, 2006). Em que pese exceção kantiana feita ao belo, Derrida (1978) mostrou que a rosa kantiana é produto da escritura do pensador iluminista.

Assim, empregamos a desconstrução derridiana (DERRIDA, 1973) como referência metodológica, tencionando uma movimentação que saia dos textos canônicos e repense a constituição do próprio cânon e que procure traçar as relações onde elas estão perceptíveis no vocabulário. Isso implica em falar dos “fantasmas” que não estão presentes, que nos incomodam; e em posicionarmo-nos contra qualquer espécie de totalitarismo (DERRIDA, 1994).

## **DESCONSTRUINDO A DISCUSSÃO: OS TRAÇOS FUNDAMENTAIS DOS ESD**

Se os ESD podem ser considerados a junção de diversas escrituras, a crítica a eles não deve ser raciocinada como uma exterioridade, mas sim como uma mutação na história da escritura; é uma escritura entre tantas outras. Nessa perspectiva, convém analisar os textos de Sir Thomas William Shakespeare, doravante Tom Shakespeare, o barão inglês, membro do tradicional grupo cristão Sociedade Religiosa dos Amigos, mais conhecido como Quakers, e professor da Universidade de East Anglia, que se

tornou uma dos principais intelectuais sobre inclusão na contemporaneidade.

Sociólogo e apresentando deficiência associada à acondroplasia, Tom Shakespeare já concluía, em 2006, que “A medicalização da deficiência é inapropriada e um obstáculo à análise e política efetiva. Mas o modelo social é só uma das opções avaliáveis para teorizar a deficiência” (SHAKESPEARE, 2006, p. 203), o que de alguma forma indiciava para a audiência anglófila a superação dos ESD. Tal indício surgia momentos após ele publicar a obra que almejava repensar o cânone dos textos sobre a deficiência, ‘Disability: Rights and Wrongs’ (SHAKESPEARE, 2002).

Conciliando pressupostos biológicos e sociais e trazendo à luz cenas de escritura dos países como a Suécia, Shakespeare (2002) traz duas teses complementares: a primeira é que a distinção dicotômica entre lesão e deficiência não se sustenta, porque as lesões podem causar desconfortos psicológicos que interferem na experiência de vida dentro de determinado contexto social; muitas lesões têm causas sociais (fome, pobreza), de modo que não existe lesão sem deficiência, nem deficiência sem lesão; e lesão não constitui uma essência, ela nasce em um solo cultural e social específico. Antes de oposição, existiria interpenetração entre lesão e deficiência. Nesse sentido, seria importante os intelectuais debruçarem-se sobre as implicações psicológicas, biológicas e sociais das lesões pelos seguintes fatores: as próprias pessoas com deficiência dão importância à lesão; as respostas médicas às lesões, inclusive as prevenções, continuam a ter sua relevância na melhoria da qualidade de vida; e as barreiras sociais (exclusão, desigualdade social) causam e exacerbam as lesões (SHAKESPEARE, 2002, p. 29-53).

A segunda tese é que o conceito de deficiência deveria ser redefinido. Por “deficiência” dever-se-ia entender uma complexa interação entre elementos intrínsecos ao indivíduo e elementos ambientais e estruturais, não como uma forma de opressão social ou uma identidade política fixa, de modo a admitir como premissa a pluralidade ideológica, de deficiência e de visões de mundo entre as pessoas deficientes (SHAKESPEARE, 2002, p. 53-67). Deficiência é uma realidade multifatorial e biopsicossocial.

Não obstante as implicações teóricas do interacionismo, a leitura da obra de Nancy Fraser e o pouco espaço dado na análise à realidade sul-americana, a perspectiva do sociólogo inglês é retomada hoje, sendo direcionada, inclusive, ao público não universitário (SHAKESPEARE, 2018, p. 1-23), e pressupõe crítica constante aos ESD. Em respeito ao programa da desconstrução, então, é necessário discutir os traços fundamentais dos ESD, de modo a desconstruirmos o interacionismo.

Trazendo na memória as lutas imperiais, as duas guerras mundiais e com o retorno dos mutilados da Guerra do Vietnã, a população de países outrora colonizados ou ainda em colonização, sobretudo os intelectuais formados nas antigas nações imperialistas, passou a tecer laços de solidariedade, a promover revoluções, ideias anticoloniais e a fomentar movimentos de libertação nacional. A Revolta contra o Ocidente, como veio a ser chamada, aproveitou-se da saída nacionalista dada na passagem do século XIX para o XX na intenção de amenizar os conflitos entre os grupos sociais e conseguir formar elites locais contra as potências ocidentais. Tendo em vista à Queda do Liberalismo, à piora na condição humana das pessoas, o desastre do nazismo e do fascismo, tais elites nutriram-se de uma linguagem, símbolos políticos e econômicos marcados pela luta contra o imperialismo. Considerando que a Grande Guerra como marco de nascimento político, econômico e cultural do Ocidente no século XX (HOBBSAWM, 1991), a Revolta contra o Ocidente foi “uma reação contra o imperialismo que atingira seu auge no último quartel do século XIX” (BARRACLOUGH, 1996, p. 101). Assim foi que a Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação (UPIAS) em 1976 na Inglaterra, com o objetivo de “redefinir a definição em termos de exclusão social”, como “uma forma particular de opressão social” (DINIZ, 2007, p. 16). Para tanto, a UPIAS distinguia entre lesão e deficiência e procurava os insumos da História, da Sociologia e da Geografia para embasar os seus estudos.

Na esteira da UPIAS, surgem os ESD, dos quais podemos identificar três traços fundamentais, que perpassam todos os seus teóricos e todos os seus textos, a saber: o modelo social de deficiência, que questiona o saber médico ao distinguir lesão de deficiência; a ideia de que a inclusão das pessoas com deficiência deve ser feita à luz e com participação de deficientes; e a busca por uma redefinição epistemológica a partir da defesa da diferença e dos oprimidos socialmente.

O modelo social de deficiência pode ser entendido como uma visada sobre a questão da inclusão centrada nas ciências humanas, especialmente da sociologia e da história. À luz desse modelo, a deficiência é vista como uma relação de poder, como da luta de classe e de representações, fruto das relações sociais, como um signo sempre em movimento, não como um dado natural e inquestionável. A deficiência é uma produção social e discursiva feita a partir de determinados lugares sociais, de interesses, de estratégias, de racionalidades e de sujeitos e Estados que moldam e gerem o espaço nacional. Exemplo disso encontramos no clássico ‘The politics of disablement’, de Michael Oliver (1990). Identificando-se como um sociólogo deficiente e enquanto um dos fundadores

da UPIAS, Oliver objetiva em seu livro aplicar as perspectivas sociológicas ao tema da deficiência, tendo como referencial teórico o materialismo histórico gramsciano aliado às contribuições positivistas de Auguste Comte e ao estruturalismo de Michel Foucault. Nessa intenção, o autor concebe a deficiência como uma construção social referente à ascensão do capitalismo, notadamente às fases e às mudanças do seu modo de produção, bem como à racionalização da sociedade, uma vez que as pessoas com deficiência foram, ao longo da história, excluídas da produção e marginalizadas por um saber que se pretendia racional (OLIVER, 1990, p. 25-42). Assim, ele lança a tese de que “deficiência” é uma construção ideológica ocidental do chamado “Imperialismo médico” e da ênfase no individualismo. A teoria da medicalização consistiria numa política dentro da sociedade capitalista, pois significaria a forma de afirmar a superioridade do saber médico frente aos demais saberes e de legitimar o domínio do médico sobre a burocracia do estado nacional, inclusive no sentido de esconder as causas sociais da deficiência e de se remeter à culpa individual da pessoa pela sua deficiência por meio da dicotomia normal/anormal. O saber médico seria o instrumento ideológico precípua para a produção de deficiência na contemporaneidade (OLIVER, 1990, p. 43-69).

Na crítica aguda ao saber médico, Oliver procura enfatizar a importância da linguagem e entende que a própria definição do que vem a ser deficiência deve se referir exclusivamente à sociedade. Para tanto, o seu grande pressuposto é a não aceitação das definições “oficiais”, isto é, promovidas por instituições ligadas aos Estados, como a da Organização Mundial da Saúde (OMS), tendo em vista dar voz às pessoas com deficiência e evidenciar a diversidade de contextos locais, nacionais e internacionais da questão (OLIVER, 1990, p. 4-6). Nesses termos, a definição dele dá centralidade à UPIAS:

[...] Deficiência [é] a desvantagem ou restrição de atividade causada por uma organização social contemporânea que leva pouco ou em nenhuma consideração o relato de pessoas que têm lesões físicas e assim as exclui das atividades sociais cotidianas (UPIAS *apud* OLIVER, 1990, p. 11).

As ideias de Oliver (1990) revelaram-se sobremaneira influentes: trabalhos sobre a relação entre o Estado de bem-estar social e as pessoas com deficiência (KELLY, 2001, p. 412-429), as atitudes dos profissionais de saúde para com as pessoas com deficiência (BARNARTT; SCHRINER; SCOTCH, 2001, p. 450-467) e a análise das implicações espaciais provenientes das hierarquias dos higienistas

(SNYDER & MITCHELL, 2006) têm como referência a escrita do intelectual inglês.

Sem se dissociar do traço anterior, outro traço fundamental dos Estudos Sobre a Deficiência é o lugar político ocupado pela pessoa com deficiência. Na medida em que as leis são apreciadas por meio de suas ligações com as instituições, o raro vínculo dados às práticas e compreensão do mundo dos deficientes é diretamente associado à lei, que, portanto, não representa o grupo ao qual procura se referir. Não pode o subalterno/deficiente falar por meio das leis. No máximo, teríamos um conjunto de retóricas visuais (maravilhoso, sentimental, exótico e realista) que almejavam falar sobre as pessoas com deficiência, nos termos colocados por uma autora foucaultiana (THOMSON, 2001, p. 335-374). Outrossim, dada a apreciação em questão do aparato legal, a consequência imediata é que uma lei não pode ser ponto de partida, senão de chegada, em consonância com as lutas sociais que ensejam a produção das leis. De todo modo, entre um e outro movimento, não permitir que outrem fale globalmente pelos deficientes sem participação e voz deles alude a um ato político, porque isso intenciona uma mudança na forma como as relações de poder e de saber são tecidas não só na relação entre sujeitos e o Estado, mas também entre os próprios sujeitos.

Essa perspectiva encontra exemplaridade no clássico ‘Nothing about Us without Us: Disability Oppression and Empowerment’, de James Charlton (2000). Partindo da própria experiência de pessoa e ativista com deficiência nos EUA, da observação da vida cotidiana de diversas pessoas com deficiência e chamando a atenção para países como a África do Sul, o autor objetiva dar melhor suporte e compreensão à emergência do movimento de direitos internacionais da pessoa com deficiência por meio de uma discussão epistemológica da deficiência (CHARLTON, 2002, p. 5). Nessa intenção, ele retoma a ideia de deficiência como uma construção social e busca empoderamento a pessoa com deficiência nas esferas política, econômica e social e cultural contra todo tipo de opressão. Por opressão, ele entende uma forma na qual os indivíduos são subjugados em todas as esferas da vida social e degradados por ideologias de superioridade e inferioridade.

Tentando superar essas ideologias por meio do vínculo entre o movimento de direitos das pessoas com deficiência e os movimentos de libertação nacional, o autor entende que existem três formas de opressão: crenças culturais, internalização psicológica e sistema político-econômico. Nesse sentido, a superação da opressão e a construção do empoderamento teria seu âmago na compreensão do Sistema Mundo, uma vez que não é coincidência que a maioria da população global de



peças com deficiência esteja em condição de pobreza e de degradação social tendo em mente, inclusive, que a política de contenção da Organização das Nações Unidas (ONU) admite a pobreza em determinados níveis. Tendo Karl Marx como uma referência importante, o autor aponta que a emergência do capitalismo excluiu as pessoas com deficiência da produção, distribuindo-as em diferentes zonas do globo e fomentando respostas pró-sistema de cunho cultural e psicológico que apresentassem uma marginalidade e uma interiorização da inferioridade por parte dessas pessoas. Nesse quadro, o seu estudo defende a tese de que é necessária a rejeição institucionalizada dessa diferença e promover o diálogo entre as zonas por meio de um saber centralizado nos oprimidos pelo sistema, e a síntese desse processo seria o slogan político “Nada sobre nós sem nós”. A formulação de uma identidade política global das pessoas com deficiência seria a forma de resistir ao sistema (CHARLTON, 2002, p. 21-36). Devemos notar o alinhamento dessas ideias à defesa do modelo social até hoje por Colin Barnes (BARNES; BARTON & OLIVER, 2002; BARNES, 2012, p. 12-29).

Essa perspectiva de uma identidade política geral começou a ser questionada com a ideia de uma redefinição dos estudos acerca da deficiência a partir da valorização da diferença, que constitui o terceiro traço fundamental. Problematizando o que se chamou de pós-modernismo, podemos apresentar como exemplos dois textos de Lennard Davis. Sociólogo vinculado à Universidade de Chicago, Davis objetivou em ‘Identity Politics, Disability, and Culture’ (2001) questionar a inserção da deficiência nas categorias de classe, raça e gênero, partindo do pressuposto de que as identidades políticas advêm de movimentos políticos. Por isso, sua análise foca na compreensão do elemento cultural constituído pela novela.

A tese defendida pelo autor é que por meio da novela é possível perceber que o grande problema para as pessoas com deficiência na contemporaneidade não é a construção de uma identidade política, até porque a maioria das percepções são não políticas, mas sim que elas são representadas como vilãs, vítimas inocentes, pessoas bondosas, como se não tivessem sexo ou vida (DAVIS, 2001, p. 536). Nesse sentido, o papel dos estudos sobre a deficiência seria reinterpretar os textos canônicos, demonstrando ser o realismo uma construção discursiva e a identidade política, uma impossibilidade diante da diversidade de deficiências, as quais incluiriam AIDS, obesidade, transtornos psicológicos nas grandes narrativas novelescas. Desse modo, o âmago de reflexão seria o combate à dicotomia normal/anormal, porque pessoas com deficiência podem ser escoceses católicos, brasileiros

reformados, gays cristãos e outras identidades que questionam uma identidade rígida e abrangente das metanarrativas. A vantagem do estudo sobre a deficiência seria, então, interrogar e ajudar a transformar a questão da identidade das pessoas com deficiência (DAVIS, 2001, p. 535-545).

A discussão em torno da identidade foi retomada pelo autor no texto 'The End of Identity Politics and the Beginning of Dismodernism' (2006), onde ele tece críticas ao saber médico e ao modelo social nos seguintes termos: há instabilidade e limites de representação dos grupos identitários frente à população crescente de pessoas com deficiência; não deve existir pretensão de exclusividade por parte de determinada concepção teórica; tendência do contexto atual é o cosmopolitismo e um novo universalismo; é preciso construir uma nova ética e sua relação com as novas tecnologias; as lesões não são neutras; e finalmente refletir sobre o corpo e a relação com a tecnologia nas pessoas com deficiência (DAVIS, 2006, p. 237-240). Ao expor essas críticas, Davis lança a tese do dismodernismo, concebida como uma categoria operatória que considera tanto o pós-modernismo quanto o humanismo e que “pretende criar uma nova categoria sobre o sujeito parcial, incompleto, cuja concretização não é autonomia e independência, mas sim a dependência e interdependência” (DAVIS, 2006, p. 241). É essa noção que, mesmo quando não citada, embasa todo o vocabulário de Shakespeare (2018).

## **RESULTADOS**

Neste tópico, queremos aplicar as discussões dos Estudos Sobre a Deficiência à atuação da Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas (DAIN) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - *Campus* de Natal (UERN-CAN). Como o próprio nome sugere, a DAIN recepciona a intervenção política para a compreensão e transformação do papel da pessoa com deficiência na sociedade contemporânea, o que ocorre por meio do respaldo dado pela Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015). Dado que esta Lei concebe a deficiência considerando os Estudos Sobre a Deficiência (Artigo 2º, § 1º), acreditamos na aplicabilidade dessa analítica.

O que um leitor da DAIN-Natal poderia fazer enquanto agente de inclusão da pessoa com deficiência? Inicialmente, ele poderia ser um pesquisador sobre o tema para se apropriar dos termos em que a discussão é colocada,



dos estudos de caso de realidades sociais similares, produzir trabalhos acadêmicos e se posicionar nos debates e dilemas envolvidos tencionando uma intervenção pedagógica centrada na possibilidade de dar vez e voz aos discentes acompanhados. Como a DAIN é uma unidade que perpassa todos os departamentos acadêmicos, até porque os discentes integram diversos cursos universitários, tal intervenção pedagógica implicaria na busca pelo fortalecimento dos vínculos com cada departamento e na busca pela institucionalização dos contatos. Foi assim que, desde quando começamos a trabalhar na UERN no dia 21 de março de 2018, planejamos dois movimentos: primeiro, reunião e/ou troca de e-mails com os coordenadores dos cursos na tentativa de viabilizar projetos de ensino e de monitoria que viessem a auxiliar os discentes em suas dificuldades, de acordo com os relatos deles nos atendimentos da DAIN; segundo, busca pela participação nas reuniões mensais de cada departamento e na reunião semestral do campus na intenção de apresentar o papel da DAIN, as suas funções, os seus profissionais, ouvir os professores, propor ideias, de modo a ratificar o lugar da unidade dentro da instituição universitária e garantir que a inclusão seja uma política geral e tecida na prática, não somente pelo estabelecimento de cotas para entrada na Universidade.

Como adensamento desses movimentos, procuramos refletir sobre o Ofício de leitor a partir das peculiaridades encontradas no trabalho cotidiano. No CAN, temos um professor universitário com deficiência visual, em nível de cegueira total, e um aluno de um curso da área de exatas que tem as notas mais altas entre os seus colegas. O que está em questão aí é o empoderamento das pessoas com deficiência e na tentativa e não só legitima esse empoderamento como promover o empoderamento de todos os estudantes com deficiência dentro do centro procuramos falar com o estudante e com os professores do seu curso de modo a ele se insere em projeto de monitoria ou de pesquisa. Por outro lado, revemos se não totalmente, substancialmente, as habilidades técnicas requeridas para o leitor, uma vez que a identificação de negritos, parênteses, maiúsculas, parágrafos e artigos se demonstraram obsoletas no trabalho com referido professor.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo do trabalho, discutimos a importância dos Estudos Sobre a Deficiência, as suas principais ideias e os seus principais teóricos; mostramos a diversidade constituinte dessa frutífera vertente teórica em termos

epistemológicos, políticos e identitários; e tentamos aplicar sucintamente algumas ideias da perspectiva teórica em relevo ao nosso ofício de ledor da DAIN/UERN/CAN. Toda a discussão promovida traz alguns apontamentos que merecem ser sublinhados. Primeiro: a crítica desenvolvida por Tom Shakespeare ao Modelo Social, especialmente aos textos de Michael Oliver, está ainda inserida nos Estudos Sobre a Deficiência, pois o vocabulário assim o indicia; próximo à ideia de escritura em Derrida. Fica reafirmado o traço das Humanidades sobre a deficiência. Segundo: analisando o ofício de ledor dentro do escopo do nosso trabalho, percebemos que aponta para uma mudança significativa nas atribuições profissionais no sentido de requerer um preparo teórico e conceitual, uma compreensão das dinâmicas geopolíticas nas quais as pessoas com deficiência se encontram, não se restringindo, portanto, às aptidões técnicas. Tal mudança poderá se efetivar em futuros editais. Terceiro: os Estudos Sobre a Deficiência apontam significativamente para um caminho de regulamentação profissional de Ledor, haja vista que este ofício ainda não tem regulamentação formal e se insere ainda nas funções técnicas de nível superior. Quarto e último: há notória carência de trabalhos sob essa perspectiva teórica no Brasil, de modo que precisamos de mais produções científicas na área.

#### **REFERÊNCIAS:**

AGUIAR, Ana Lúcia Oliveira. Prefácio. In: ANDRADE, Francisco Ari de; TAHIM, Ana Paula Vasconcelos de Oliveira; CHAVES, Flávio Muniz (Orgs.). **Educação e contemporaneidade**: debates e dilemas. Curitiba: CRV, 2017. p. 13-16.

BARNARTT, Sharon; SCHRINER, Kay; SCOTCH, Richard. Health Care Professionals and Their Attitudes toward Decisions Affecting Disabled People. In: ALBRECHT, Gary; SEELMAN, Katherine; BURY, Michael (Editors). **Handbook of Disability Studies**. London: Sage Publications, 2001, chapter 18, p. 450-468.

BARNES, Colin. Understanding the social model of disability: past, present and future. In: WATSON, Nick; ROULSTONE, Alan; THOMAS, Carol (editors). **Routledge Handbook of Disability Studies**. London and New York: Routledge, 2012, chapter 2, p. 12-30.

BARNES, Colin; OLIVER, Mike; BARTON, Len (Editors). **Disability Studies Today**. Cambridge: Blackwell Publishers, 2002.

BARRACLOUGH, G. **Introdução à História Contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1996.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. LEI Nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. Disponível em: << [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8745cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8745cons.htm)>>. Acesso em: 02 de junho de 2018.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. LEI Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: << [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)>>. Acesso em: 02 de junho de 2018.

CHARLTON, James. **Nothing about Us without Us: Disability Opression and Empowerment**. California: University of California Press, 2002.

COSIER, Meghan; MCKEE, Aja; GOMEZ, Audri. A Study of the Impact of Disability Studies on the Perceptions of Education Professionals. **Review of Disability Studies: An International Journal**. Volume 12, issue 4, 2016. Disponível em: << <http://www.rdsjournal.org/index.php/journal/article/view/528>>>.

DAVIS, Lennard. Identity Politics, Disability, and Culture. In: ALBRECHT, Gary; SEELMAN, Katherine; BURY, Michael (Editors). **Handbook of Disability Studies**. London: Sage Publications, 2001, chapter 22, p. 535-544.

\_\_\_\_\_. The End of Identity Politics and the Beginning of Dismodernism: on Disability as an Unstable Category. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). **The Disability Studies Reader**. New York; London: Routledge, 2006, chapter 19, p. 231-242.

DERRIDA, Jacques. **Espectros de Marx: o Estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

\_\_\_\_\_. **La Vérité en Peinture**. Paris: Édition Flammarion, 1978.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos, 324).

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (de 1914 a 1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

KANT, Immanuel. **Kritik der Urteilkraft**. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 2006. (Philosophische Bibliothek, Band 507).

KELLY, Michael. Welfare States and Disabled People. In: ALBRECHT, Gary; SEELMAN, Katherine; BURY, Michael (Editors). **Handbook of Disability Studies**. London: Sage Publications, 2001, chapter 16, p. 412-430.

LONGMORE, Paul; UMANSKY, Lauri. Introduction: Disability History: From the Margins to the Mainstream. In: \_\_\_\_\_. (Editors). **The New Disability History: American Perspectives**. New York and London: New York University Press, 2001, p. 1-29.

NUERNBERG, Adriano Henrique. Os estudos sobre deficiência na educação. **Educação e Sociedade**. Campinas. V. 36, n. 131, abr./jun. de 2015, p. 555-558.

OLIVER, Michael. **The Politics of Disablement**. New York: PALGRAVE MACMILLAN, 1990.

SHAKESPEARE, Tom. **Disability Rights and Wrongs**. London and New York: Routledge, 2006.

\_\_\_\_\_. **Disability: the basics**. London and New York: Routledge, 2018.

\_\_\_\_\_. The Social Model of Disability. In: DAVIS, Lennard (Editor). **The Disability Studies Reader**. New York and London: Routledge, 2006, chapter 16, p. 197-204.

SNYDER, Sharom; MITCHELL, David. **Cultural Locations of Disability**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

STIKER, Henri-Jacques. **A History of Disability**. Michigan: University Michigan Press, 1999.

THOMSON, Rosemarie Garland. Seeing the Disabled: Visual Rhetorics of Disability in Popular Photography. In: LONGMORE, Paul; UMANSKY, Lauri (Editors). **The New Disability History: American Perspectives**. New York and London: New York University Press, 2001, chapter 13, p. 335-374.